

O interesse pelo livro em Portugal *

Henrique Barreto Nunes

Todos os anos, ciclicamente, os jornais portugueses apresentam grandes títulos:

- *“Um país que não lê”; “Os portugueses não gostam de livros?”; “Metade dos portugueses não lê livros”; “Portugueses lêem pouco”; etc., etc.*

Em Setembro passado mais uma vez a situação se repetiu, quando foram divulgados os resultados do inquérito aos hábitos de leitura que anualmente a APEL (Associação Portuguesa de Editores e Livreiros) realiza: apenas 45 por cento dos portugueses lê livros e destes somente 47% estavam a ler um livro no momento em que foram inquiridos.

* Texto da intervenção no Encontro Europeu “Le livre et ses imaginaires” realizado em Paris em 18 de Novembro de 2000, por iniciativa da Bibliothèque Publique d'Information/Centre Pompidou. Esta comunicação foi apresentada no painel intitulado “O interesse pelo livro”, cujo tema era o seguinte: *qual é hoje o interesse pelo livro em diversos países da Europa? Esse interesse é ou não suscitado pela educação, a escola, as tradições de leitura próprias de certos países do norte e do sul? Que disparidades se podem constatar quanto à importância que as diferentes culturas atribuem ao livro?*

Neste painel, orientado por Martine Poulain, socióloga e professora da Universidade de Paris X, participaram ainda Barbro Thomas, directora da Biblioteca Nacional da Suécia, James Raven, professor de História do Livro da Universidade de Oxford e François Dupuigrenet-Desroussilles, professor da ENSSIB (Escola Nacional Superior das Ciências da Informação e das Bibliotecas), de Lyon.

A conferência inicial foi proferida por Anne-Marie Bertrand, da Direcção do Livro e da Leitura de França.

Num outro painel foi debatido “O lugar do livro nos media”, tendo a participação de Olivier Bourgois e Bernard Pivot (França), Gianni Rotta (Itália) e Markus Gerlach (Alemanha).

Estes dados, com ligeiras oscilações, vão-se repetindo ao longo dos últimos anos, sintoma de uma realidade por muitos considerada preocupante, se não mesmo dramática, embora não se deva omitir que 82% dos inquiridos lêem jornais e revistas.

Antes de analisarmos estes sinais, vamos procurar encontrar as principais causas – algumas já longínquas – que conduziram a esta situação, de algum modo comum a diversos países da Europa do Sul.

O primeiro livro feito em Portugal foi impresso em 1487, em caracteres hebraicos (o primeiro em português “Tratado da confissom”, foi impresso provavelmente por um alemão, dois anos depois em Chaves).

Deste modo verifica-se que a imprensa foi introduzida em Portugal cerca de 35 depois da primeira Bíblia de Gutemberg. Recordemos, a propósito, que os primeiros livros impressos surgiram em Itália e França cerca de 1470, em Espanha em 1472, na actual Bélgica em 1473, na Inglaterra em 1476, na Dinamarca em 1482...

Sabe-se que em 1480 cento e dez cidades europeias possuíam uma oficina tipográfica, muito antes portanto de o livro chegar a Portugal.

Talvez aqui se fosse encontrar uma primeira explicação para a situação portuguesa, cuja actividade tipográfica a partir de 1536 sofre de pesadas restrições resultantes do estabelecimento da censura, à sombra da Inquisição, o que também se reflecte na importação de livros.

Contudo será na questão do ensino e, especialmente, do analfabetismo que teremos que encontrar a explicação primeira para o atraso português em matéria de leitura e na produção, circulação e acesso ao livro.

O ensino das primeiras letras estava na Idade Média centralizado em instituições religiosas, em especial nos mosteiros.

Mas enquanto que nos países do Norte da Europa, a partir do séc. XVI, devido à Reforma Protestante, a aprendizagem da leitura se tornou uma necessidade, em Portugal – que não conheceu a Reforma – apenas em 1772 surgiram as primeiras e raríssimas escolas públicas.

E só após a revolução liberal, no 2.º quartel do séc. XIX, foi regulamentada a liberdade de ensino e a instrução primária gratuita, embora o conteúdo dessa legislação não tivesse concretização prática de relevo.

Por isso não é de admirar que, em 1878, 83% da população portuguesa fosse analfabeta e que só muito lentamente a taxa de analfabetismo fosse diminuindo: 74% em 1900; 66% em 1920, dez anos após a proclamação da República, que desde o início se tinha proposto erradicar aquele déficite, dado que na altura era a percentagem mais alta da Europa.

Em 1940, já em plena vigência do regime fascista, pela primeira vez na sua história metade da população portuguesa sabia ler, escrever e contar.

Contudo, em 1950, três milhões de portugueses eram ainda analfabetos (40% da população), o que provocou o lançamento de uma campanha nacional de educação de adultos em 1952.

À boa maneira salazarista, no preâmbulo do diploma legal que a lançou, procurava-se justificar o analfabetismo por *circunstâncias de diversa natureza, mas a sua mais funda razão de ser reside ... na facto de o nosso povo, pela sua riqueza intuitiva, pelas condições da sua existência e da sua actividade, não sentir a necessidade de saber ler...*

Só a partir de 1960, quando a taxa de analfabetismo ronda os 34%, se pode afirmar que a escolaridade básica começa a ser integralmente cumprida, o que se concretiza após a Revolução dos Cravos (25 de Abril de 1974) quando ainda havia 26% de analfabetos em Portugal.

Actualmente ainda existirá cerca de 1 milhão de portugueses que não sabe ler nem escrever (10%), mas dada a sua avançada idade, é um problema que, diz-se ironicamente, só se poderá resolver no cemitério.

O ensino liceal criado em 1836, foi-se desenvolvendo muito lentamente, embora hoje a situação seja estável, equiparada a dos outros países europeus.

Quanto à universidade, basta dizer que em 1960 era frequentada por uma elite (24.000 alunos), em 1974 por 48.000 alunos (só existiam 3 universidades

públicas) e hoje, mercê da proliferação das privadas, cerca de 300.000 portugueses cursam o ensino superior.

Correlacionado, como é evidente, com os elementos estatísticos atrás apontados, o panorama das bibliotecas em Portugal foi, até há bem pouco, bastante sombrio.

Antes do séc. XIX existiam algumas bibliotecas importantes em conventos e mosteiros e na Universidade de Coimbra.

A primeira biblioteca pública foi fundada em Lisboa em 1796, estando na origem na Biblioteca Nacional.

Após o triunfo dos liberais, em 1834, foram criadas algumas bibliotecas públicas nas capitais dos distritos, destinadas a recolher as livrarias das ordens religiosas extintas (incorporações revolucionárias), o que se voltou a verificar em 1910, com a República.

Em 1870 é promulgada legislação tendente à criação de bibliotecas populares, com poucos resultados, o mesmo se passando após a proclamação da República, quando se procuram organizar bibliotecas municipais.

De notar que neste período existiu uma quantidade apreciável de Gabinetes de Leitura, introduzidos por livreiros franceses em Lisboa na primeira metade do séc. XIX, bem como, por todo o país, diversas bibliotecas de associações de classe, culturais ou cívicas, que procuravam satisfazer as necessidades de leitura e informação de parte dos 20% da população alfabetizada.

O regime fascista (1926-1974) não prestou qualquer atenção às bibliotecas, que não existiam na esmagadora maioria dos municípios portugueses, enquanto o “Manifesto da Unesco para as Bibliotecas Públicas” (versões de 1949 e 1972) era silenciado.

Neste contexto não se deve esquecer que a polícia política perseguia implacavelmente escritores e intelectuais e que uma censura feroz impediu a edição ou a circulação de mais de um milhar de obras, actuando sistematicamente contra a imprensa periódica.

Os livros, acessíveis a poucos, eram por vezes uma arma, outras um objecto de desejo, cuja posse podia ser comprometedora ou motivo de orgulho.

Em compensação, a seguir ao 25 de Abril de 1974 publicaram-se talvez milhares de títulos até então proibidos – da política à pornografia – e soltaram-se das gavetas dezenas e dezenas de originais temerosamente escondidos.

Mas só 10 anos após a Revolução de 25 de Abril se verificou pela primeira vez na história portuguesa uma vontade declarada de desenvolver uma política nacional de leitura pública, através da criação de uma rede de bibliotecas que tinha como objectivo a cobertura integral do país através de bibliotecas municipais.

Não vou descrever, por manifesta falta de tempo, o modo como se criou e desenvolveu a hoje chamada Rede de Bibliotecas Públicas que, inspirada inicialmente no exemplo francês e respeitando os princípios definidos no Manifesto da Unesco, provocou uma revolução tranquila que nos permite apresentar actualmente 86 bibliotecas públicas municipais modernas e atractivas, apetrechadas com as novas tecnologias de informação e comunicação, em perfeito funcionamento, enquanto mais 102 se encontram em diversas fases de construção.

Tal significa que 60% dos municípios portugueses já promoveram a construção de bibliotecas (algumas com anexos e/ou bibliobus), esperando-se, de acordo com as intenções do Ministério da Cultura, que a totalidade do país esteja coberta pela rede a partir de 2004.

Igualmente em 1997, foi finalmente definida entre os Ministérios da Educação e da Cultura uma política de criação de uma Rede de Bibliotecas Escolares que irá colmatar uma tremenda lacuna desde sempre existente no sistema de ensino português.

Contando com o apoio das bibliotecas municipais das localidades onde já começaram a ser instaladas, as bibliotecas escolares, encaradas como centros de recursos básicos do processo educativo, terão um papel central “em domínios como a aprendizagem da leitura, a literacia, a criação e o desenvolvimento do prazer de ler e a aquisição de hábitos de leitura, as competências de informação e o aprofundamento da cultura cívica, científica, tecnológica e artística”.

Neste momento encontram-se já integradas na Rede de Bibliotecas Escolares 746 escolas dos diferentes graus de ensino, que criaram ou renovaram e modernizaram as suas bibliotecas, tendo sido já investidos no programa 5 milhões de contos.

A criação das infraestruturas e equipamentos que acabei de referir procura combater, mas ainda não resolve, o problema dos hábitos de leitura e de compra de livros dos portugueses, cujos números, como vimos, são muito baixos.

As razões atrás apontadas explicam de algum modo o papel pouco relevante que a família desempenha na aquisição ou consolidação de hábitos de leitura nas crianças (na maioria das casas não há livros e a leitura nunca é uma prática quotidiana), sabendo-se como tal é importante na formação de leitores – e estão na origem de outra situação preocupante, que é o da iliteracia.

Só há muito poucos anos, em 1995, Portugal admitiu oficialmente a existência dessa realidade alarmante, confirmada recentemente com os resultados de um inquérito da OCDE, que revela que em Portugal quase 80% da população tem grandes dificuldades em ler e analisar um texto escrito.

Tomando em consideração todos estes elementos, analisemos agora a actividade editorial em Portugal.

Em 1998 foram editados 9.196 títulos, com uma tiragem global de quase 25 milhões de exemplares e uma tiragem média de 2.708 exemplares.

Se compararmos estes números com os de 1986 (o primeiro ano de que temos dados fiáveis) verificamos que houve um aumento de 6.494 títulos.

Em contrapartida, a tiragem média dos livros editados baixou consideravelmente: 3.800 exemplares a menos relativamente àquele ano, menos 10% do que em 1997.

Esta tem sido uma constante da actividade editorial portuguesa dos últimos 12 anos: aumento de títulos editados, diminuição das tiragens, verificando-se uma enorme dificuldade em explicar este fenómeno.

Em compensação, o número de utilizadores de bibliotecas, segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística, em 1998 aumentou em cerca de meio

milhão e as pesquisas bibliográficas duplicaram, sendo as bibliotecas públicas as que mostram uma taxa maior de frequência e utilização.

Apesar deste números, umas vezes perturbadores e outras contraditórios, apesar da omnipresença do multimedia e da sedução irresistível dos novos suportes da informação, é com um moderado optimismo que encaro o futuro do livro em Portugal, pelas razões a seguir expostas:

- a consolidação do sistema educativo;
- a criação da rede de bibliotecas escolares;
- o papel fundamental que a Rede de Bibliotecas Públicas está a desempenhar, prevendo-se um aumento considerável da sua influência conforme fôr avançando na cobertura do país;
- a persistente actuação, agora em novos moldes, da rede de bibliotecas da Fundação C. Gulbenkian, criada em 1958;
- a constatação, através dos dados estatísticos, que o número mais elevado de leitores se situa no escalão dos 15 aos 19 anos, embora a leitura por necessidades escolares ou profissionais tenha um peso relevante;
- o caso de a edição para crianças e jovens ocupar o 2.º lugar do número de títulos publicados por categoria, tendo aumentado consideravelmente o volume de vendas (mais de 100%) nos últimos anos;
- o facto de entre os leitores declarados, 84% o fazerem por gosto;
- o previsível desaparecimento do analfabetismo (apesar dos problemas levantados pela constatação evidente do iletrismo).

Nunca, como nos dois últimos anos, se falou tanto de livros em Portugal e tal ficou a dever-se a variados motivos:

- o combate pelo livro resultante da actividade permanente, constante, das bibliotecas públicas, nomeadamente com as acções culturais que promovem (encontros com escritores, apresentação de novos livros, leituras públicas, recitais de poesia, exposições);
- a conquista do Prémio Nobel por José Saramago, que conseguiu pôr toda uma nação orgulhosa do seu escritor, com reflexos consideráveis no volume de vendas dos seus livros;

- o êxito da representação portuguesa na Feira do Livro de Frankfurt e no Salon du Livre em Paris e os efeitos mediáticos daí resultantes;
- a proclamação do ano 2000 como Ano Nacional do Livro e da Leitura, com iniciativas em diversos domínios;
- as comemorações regulares do Dia Mundial do Livro (23 de Abril) e do Dia Internacional do Livro Infantil e Juvenil (2 de Abril), que mobilizam todo o país, através de inúmeras iniciativas promovidas pelo Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, pelas Redes de Bibliotecas Públicas e Escolares, pelas associações de escritores, de bibliotecários e de professores, etc.;
- a realização recente do 1.º Salão do Livro em Lisboa, tendo como convidada a França;
- as campanhas de promoção do livro e da leitura, realizadas pelo IPLB e outras instituições culturais;
- a multiplicação da realização de feiras do livro e de feiras de livro de saldo por todo o país;
- o desenvolvimento dos estudos sobre a História do Livro e da Leitura em Portugal;
- a publicação de uma colecção de obras clássicas da literatura portuguesa, apoiada pelo Ministério da Cultura (IPLB) e editada, com grafismo idêntico, por diversas editoras;
- o grande sucesso de algumas colecções de livros destinados a crianças e adolescentes;
- a instituição de diversos prémios literários, com a consequente publicação dos livros vencedores;
- a promulgação, embora polémica, da lei sobre o preço fixo dos livros;
- a instalação de novas livrarias e a modernização de algumas antigas, sobretudo nos principais centros urbanos, de que é reflexo o sucesso da FNAC, já com 4 lojas abertas em Portugal;
- o aparecimento de várias livrarias portuguesas on-line na Internet;
- o destaque que a comunicação social vem dando a todas estas manifestações à volta do livro (nomeadamente “Jornal de Letras” e “Público” (jornais), “Acontece” (RTP) e Antena 2 (RDP).

Neste contexto é contudo importante que as bibliotecas invistam mais nas suas colecções de livros, pois é sabido que as suas aquisições desempenham um papel essencial na manutenção de uma prática contínua da leitura, no fomento da indústria e comercialização do livro e na conquista de níveis de alfabetização mais elevadas.

De qualquer modo, Portugal, tendo definido uma política nacional de bibliotecas, o que se reflecte na valorização do livro, ainda está longe das médias europeias, onde igualmente parece que se vislumbram alguns sinais inquietantes de crise do livro – que não da sua morte.

Por isso se espera que no seio da Comunidade Europeia surjam novas políticas globais, nomeadamente no campo da educação e do ensino e nas redes de bibliotecas, que necessariamente terão reflexos extremamente positivos no universo do livro.

Para a minha geração, o livro, tal como o conhecemos, o utilizamos e o amamos, é um símbolo de liberdade, de solidariedade e de paz – e a leitura um direito fundamental.

Apesar das mutações que está a sofrer, não conseguimos conceber um mundo sem livros, porque não queremos perder a liberdade, agora perversamente ameaçada pelos efeitos ainda imprevisíveis da globalização capitalista e do neo-liberalismo.

Bibliografia essencial

- ANSELMO, Artur – *História da edição em Portugal*. Porto : Lello, 1991
- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE EDITORES E LIVREIROS – *Livro em Portugal : estatística da edição de livros*
<http://www.apel.pt/livro/estatisticas> 1998
- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE EDITORES E LIVREIROS – *Livro em Portugal : hábitos de leitura*
<http://www.apel.pt/livro/habitos> 1999
- BARRETO, António; PRETO, Clara V. – *Portugal 1960/1995 : indicadores sociais*. Lisboa : Público, 1996
- BENAVENTE, Ana (coord.) – *A literacia em Portugal*. Lisboa : Fundação C. Gulbenkian, 1996
- BLASSELLE, Bruno – *Histoire du livre*. Paris : Gallimard, 1997
- CARREIRA, Medina – *O Estado e a educação*. Lisboa : Público, 1996
- DOMINGOS, Manuela D. – *Estudos de sociologia da cultura*. Lisboa : Instituto Português de Ensino à Distância, 1985
- FREITAS, Eduardo de – *Hábitos de leitura : um inquérito à população portuguesa*. Lisboa : D. Quixote, 1997
- MARTINS, Jorge M. – *Marketing do livro*. Oeiras : Celta Ed., 1999
- MARTINS, Susana – *Quem lê o quê, em Portugal*. "Jornal de Letras", Lisboa, 4 Out. 2000, p. 18-19
- NUNES, Henrique Barreto – *Da biblioteca ao leitor*. 2.^a ed. Braga : Autores de Braga, 1998
- PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística – *Estatística da cultura, desporto e recreio 1998*
<http://infoline.ine.pt/int/prodserv/quadros/tema08>
- RAMOS, Rui – *Analfabetismo in "Dicionário de História de Portugal"*. Porto : Figueirinhas, 1999, vol. 7, p. 95-100
- VEIGA, Isabel (coord) – *Lançar a rede de bibliotecas escolares*. Lisboa : Ministério da Educação, 1996